

Glossário

Papel fiduciário

Papel de valor, papel no qual se faz fé. A palavra “fiduciário” deriva do étimo latino “fiducia”, que quer dizer fé. A designação de papel fiduciário abrange apólices, notas, cheques, ações, obrigações, cédulas e lotarias.

Cédulas

É a designação usada para dinheiro de pequeno valor, geralmente considerado como “dinheiro de troca”, quando feito em papel, por oposição à designação de “nota” reservada para o mesmo dinheiro de papel, mas de valores elevados. Em termos técnicos de finanças, distingue-se a cédula da nota por a cédula ser convertível em metais pobres e a nota ser convertível em prata ou ouro. Também se chama “dinheiro de necessidade” ou “dinheiro de emergência”.

Lotarias

Foram criadas pelo Infante D. Pedro, por carta régia de 4 de Maio de 1688, com o objetivo de arrecadar receitas para operações financeiras. As primeiras foram efetuadas entre 1811 e 1816 e as suas receitas destinavam-se a resgatar os escravos portugueses detidos em Argel.

Papel selado

Foi criado oficialmente por um alvará de 24 de Dezembro de 1660, promulgado por D. Afonso VI. Foi sempre uma preciosa fonte de rendimentos para a República. A sua existência terminou em Dezembro de 1986. Para além do território continental, o imposto de selo foi também aplicado nas antigas colónias portuguesas, desde o Brasil até Angola e Moçambique.

Acções

Títulos representativos da participação que os sócios têm no capital de uma sociedade. As primeiras surgiram em 1753, quando o Marquês de Pombal adotou como estratégia para o desenvolvimento da economia a formação de Companhias privilegiadas. Em 1753 surgiu a

Companhia do Comércio da Ásia, em 1755 a Companhia do Grão-Pará e Maranhão, em 1756 a Companhia das Vinhas do Alto Douro.

Papel Moeda

Em Outubro de 1796, através de um decreto assinado pela Rainha D. Maria I, é autorizado um empréstimo de 10 milhões de cruzados. Nasceram assim as Apólices do Real Erário e para muitos historiadores este acontecimento marcou, de facto, o início da era do papel moeda em Portugal, embora anteriormente tivessem ocorrido outras situações esporádicas.

Apólices do Real Erário

O papel moeda aparece em Portugal em 1796, no reinado de D. Maria I. A decadência da exploração das minas de ouro do Brasil e o aumento dos encargos do Estado estiveram na origem do aparecimento do papel moeda.

Portugal, saído da guerra do Roussillon, via-se a braços com uma forte crise económica. Para resolver a situação, a rainha D. Maria assina um alvará em 1796, a autorizar um empréstimo de 10 milhões de cruzados. Como garantia, o Tesouro Real emitiu as “Apólices do Real Erário”, que venciam juros de 5% a 6% ao ano.

Assim, surgem as Apólices do Real Erário, documentos que se evidenciam pela riqueza dos desenhos, que geralmente fazem alusão a actividades agrícolas. Dado que, a partir de certa altura, tiveram curso forçado há quem considere que se trataram de verdadeiras notas. Tinham valores que iam de 1.200 reis até 20.000 reis.

Real Erário

Pode considerar-se que o Real Erário ou o Tesouro Real desempenhava, no tempo de D. Maria I (finais do séc. XVIII) as funções semelhantes às do atual Ministério das Finanças.

Bancos Emissores do Norte

Em 1834, o Banco Comercial do Porto conseguiu autorização para emitir notas bancárias, surgindo posteriormente outros Bancos Emissores no Norte, tais como o Banco Aliança, o Banco Comercial de Braga, o Banco União do Porto e o Banco do Minho.

Nota

A primeira nota no continente vai aparecer com a criação do “Banco de Lisboa”.

Banco de Lisboa

O Banco de Lisboa foi criado em 1821, com funções comerciais e emissoras. Exerceu atividade durante 25 anos. Em 1846, funde-se com a Companhia de Confiança Nacional, dando origem ao Banco de Portugal.

Banco de Portugal

O Banco de Portugal vai surgir, em 1846, da fusão do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança Nacional. Reinava D. Maria II. O Banco de Portugal começou por ser apenas mais um banco, sem o monopólio da emissão de notas. Só em 1887 é autorizado a emitir notas em regime de exclusividade.

Banco Nacional Ultramarino

O Banco Nacional Ultramarino, criado em 1864, foi um dos principais responsáveis pela harmonização do sistema monetário nas colónias portuguesas. Após as primeiras notas emitidas pelas Fazendas locais, o B.N.U. ficou com o estatuto de banco emissor para as colónias.

Banco do Brasil

O primeiro banco português nasce, não no continente, mas no Brasil, em 1808, no reinado de D. João VI. Este estranho facto relaciona-se com a partida da corte para o Brasil, devido às invasões napoleónicas.

João de Brito

Foi um importante homem de negócios. O seu nome está associado à Fábrica Nacional que em 1919 significou o começo e expansão da Companhia Industrial de Portugal e Colónias. Esta fábrica tornou-se uma das mais importantes empresas alimentícias portuguesas.